

DOSSIÊ
História Política:
Problemas e Estudos

História do Brasil e revisões historiográficas

Maria Helena Rolim Capelato*

Resumo: O texto tem como objetivo analisar o significado de revisões historiográficas relacionadas à história do Brasil. As revisões sobre o passado, além de serem motivadas por mudanças de conjuntura histórica ou a partir de reformulações teóricas e metodológicas que ocorrem na área das humanidades, em geral, e da história, em particular, elas também são *fabricadas* a partir de interesses alheios ao campo do conhecimento histórico. Dando ênfase a este segundo aspecto, procuro mostrar como são estabelecidas revisões a partir da construção e reconstrução de memórias históricas, por ocasião das comemorações de datas históricas e através de *usos políticos do passado* motivados por interesses político-partidários.

Palavras-chave: Brasil. Historiografia. Revisão histórica.

Significado das revisões historiográficas

O historiador Marc Bloch definiu a história como “ciência dos homens no tempo” e sublinhou como características implícitas dessa ciência o seu caráter humano e as relações entre passado e presente. Com relação a este último aspecto, chamou a atenção para a importância de se compreender o “presente pelo passado” e o “passado pelo presente”, nunca pelas vias de um trajeto linear, mas levando em conta as rupturas e continuidades. Além disso, salienta que a visão

* Professora Titular do Departamento de História e do PPG em História Social da Universidade de São Paulo – USP. Doutora em História Social e livre-docente em História da América independente pela USP. Bolsista de produtividade 1A do CNPq. E-mail: mhcapelato@terra.com.br.

de um mesmo passado se modifica de acordo com as mudanças de longa, média e curta duração (LE GOFF, 1990, p. 23-24).

O historiador é um homem do seu tempo, as questões próprias de sua época provocam revisões constantes sobre o passado que acabam sugerindo novas questões e novas formas de investigação que resultam na reescrita da história. As revisões ocorrem a partir de mudanças de conjuntura histórica que, por sua vez, sugerem ou estimulam reformulações teóricas e metodológicas do conhecimento histórico.

O revisionismo histórico implica reinterpretar a história. As revisões podem tanto contribuir para modificações das análises sobre um determinado fenômeno ou fato histórico como podem servir para justificar interesses de natureza diversa. No primeiro caso, trata-se de um procedimento acadêmico plenamente aceito que contribui para o avanço do conhecimento do passado; já no segundo, a revisão decorre de intenções alheias ao campo da história, porque não leva em conta os padrões acadêmicos que orientam os procedimentos da investigação histórica e do método histórico e, dependendo dos interesses em pauta, manipula dados/fatos e apresenta interpretação deturpada do passado.

As revisões historiográficas acadêmicas fazem parte das atribuições do historiador. Elas resultam do exame dos fatos ou interpretações de processos históricos sugeridos por motivos diversos: descoberta de novas fontes, questões colocados pelo presente, mudanças de paradigma historiográfico ou alteração de valores, a partir dos quais o passado passa a ser visto ou entendido de forma distinta.

Já o revisionismo motivado por razões alheias ao conhecimento histórico, significa que a história tem sido invocada indevidamente. Este fenômeno tem sido objeto de reflexão e posicionamento por parte dos historiadores de ofício: são questionadas versões construídas, no passado ou no presente, a partir da manipulação das fontes, deturpação de dados e exposição de informações imprecisas e descontextualizadas em relação aos acontecimentos. Esse tipo revisão intencional do passado sucede, frequentemente, por motivações político-partidárias e ocorrem, sobretudo, em contextos marcados por conflitos que provocam exacerbação das emoções.

As versões *comprometidas* sobre o passado tanto podem ser divulgadas através dos meios de comunicação de natureza diversa, como a partir de publicações de livros que expressam versões impactantes ou

pitorescas da história, os quais tendem a se tornar *best-sellers*, ou produzidos com o intuito de angariar adeptos para uma determinada causa.

Revisões historiográficas: décadas de 1970-1980

Cabe mencionar as décadas de 1970 e 1980 porque foi nessa época que ocorreu a chamada *crise dos paradigmas*, responsável pelas *revisões dos paradigmas* de conhecimento nas ciências sociais. Essa crise resultou das grandes transformações que ocorreram no pós-Segunda Guerra Mundial. Mudanças foram sendo identificadas, não só no plano político-ideológico, mas também no plano cultural e moral. Questionamentos não só a respeito de formas diversas de dominação, incluindo relações de poder, mas também de valores e padrões de comportamento estabelecidos há muito tempo. As decepções com os regimes comunistas vistos, até os anos 1950, como possibilidade de construção de um mundo novo, resultaram numa crise de pensamento relacionada, sobretudo, aos paradigmas marxistas. A revelação dos crimes praticados pelo regime stalinista provocou não só a ruptura de muitos intelectuais/acadêmicos com os Partidos Comunistas, mas também novas formas de interpretar criticamente a sociedade capitalista e as propostas de formas alternativas de ação.

Acontecimentos importantes dos anos 1960 contribuíram muito para a revisão dos paradigmas. A Revolução Cubana, interpretada como novo modelo de revolução socialista, os processos de descolonização que ocorriam em várias partes da África e Ásia, apoiados por movimentos de esquerda de tendências diversas, a organização de movimentos sociais e culturais que se expandiram a partir de maio de 1968, orientados por novas perspectivas e novas propostas.

Todas essas mudanças repercutiram no Brasil que, nesse período, vivia o momento de maior repressão imposta pelo regime ditatorial (os chamados *anos de chumbo*). No entanto, já em meados da década de 1970, quando delineava-se um período de abertura política, não só o contexto externo, mas também a conjuntura interna, possibilitaram o surgimento de discussões e propostas de ação inovadoras.

A exemplo do que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, também foram organizados, no Brasil, movimentos sociais voltados

para a defesa das minorias étnicas e de gênero. As ações desses grupos estimularam o interesse de pesquisadores da área das humanidades a refletirem sobre temas relacionados a eles.

Ao longo do processo de redemocratização, foram surgindo movimentos sociais de base que contaram com a presença de operários, apoio de comunidades de bairro, grupos de mulheres, católicos progressistas, produtores culturais, estudantes. Esses movimentos tiveram muita repercussão no meio acadêmico e acabaram incentivando a renovação das análises sobre o movimento operário brasileiro e sobre experiências sociais e culturais que revelavam formas de resistência até então ignoradas pelos pesquisadores.

Além das novas formas de luta social, política e cultural, a renovação do movimento operário foi fundamental no processo de abertura política. Até então controlado pelos sindicatos pelegos, os operários organizados a partir de novas perspectivas de luta construíram um sindicalismo autônomo que foi o embrião do surgimento de um partido operário – o Partido dos Trabalhadores –, fato inédito no Brasil.

A partir desse contexto, pretendo abordar revisões historiográficas que ocorreram na historiografia brasileira entre as últimas décadas do século XX e as primeiras do XXI, relacionando-as com mudanças de paradigmas de análise acadêmica e mudanças de conjuntura histórica no Brasil.

A referência às décadas de 1970-1980 justifica-se porque foi a partir desse período que ocorreram as revisões historiográficas mais significativas. Tais revisões foram motivadas tanto pelas novas perspectivas de análise surgidas no campo das ciências humanas no contexto internacional como por questões suscitadas pelo processo de redemocratização que deu ensejo ao surgimento de novos movimentos sociais, políticos e culturais que despertaram o interesse de historiadores brasileiros a se interessar por *novos temas, novos objetos e novas fontes* de pesquisa.

Foi nesse contexto de transição democrática que as revisões de paradigmas na área das humanidades tiveram início na academia. No campo da história, elas se caracterizaram pela proposta de novas questões, busca de novas fontes até então inexploradas, recursos a novos instrumentos teórico-metodológicos de investigação e referências a bibliografias inéditas que contribuía para as revisões historiográficas;

elas abarcaram tanto os acontecimentos do passado recente como os de épocas longínquas que foram alvo de reinterpretações.

Nos anos 1980, não só os historiadores brasileiros, mas os pesquisadores ligados às humanidades, em geral, identificaram-se com seus pares estrangeiros no que se referia ao questionamento das perspectivas estruturalistas e às interpretações generalizantes, com ênfase nas estruturas econômicas e sociais que ocupavam lugar privilegiado nos estudos históricos até os anos 1960-1970. A transição democrática contribuiu para incentivar pesquisas sobre movimentos sociais, políticos e culturais que vinham ocorrendo no país.

As atenções dos historiadores também se voltaram para questões relacionadas aos movimentos sociais, mas privilegiaram aspectos da história política e da história cultural num período mais recente. Muitas pesquisas revelavam o interesse pelas relações entre política e cultura (cultura política, política cultural), novas formas de poder, significado das representações e imaginários sociais. Pouco a pouco, as grandes sínteses produzidas pela macro-história, nas quais os sujeitos estavam ausentes, cederam lugar para análises mais voltadas para a micro-história, história do cotidiano, história social e história cultural levando em conta as experiências dos trabalhadores, dos atores anônimos, dos subalternos e dos grupos minoritários.

Historiadores ingleses, definidos como marxistas heterodoxos, inspiraram pesquisas novas sobre o movimento operário e revisões sobre as perspectivas metodológicas que embasavam os estudos anteriores. Não só os trabalhadores, mas também outros grupos sociais pertencentes à categoria dos *de baixo*, expressão cunhada pela nova historiografia, foram alvo de pesquisas que procuravam mostrar suas experiências cotidianas, expressões culturais e formas próprias de resistência à dominação.

A repressão, um dos pilares de sustentação do regime ditatorial, foi um tema privilegiado nesse momento da abertura democrática. Os pesquisadores que se preocuparam em refletir sobre formas de poder e controle social recorreram às análises de Michel Foucault na tentativa de compreender as experiências recentes. Os historiadores não só se interessaram por esse aspecto da obra do autor, mas também se valeram de suas contribuições para rever a noção de fato histórico e de “documento”.

A redemocratização do país também colocou em pauta uma discussão importante sobre a relação entre autoritarismo e democracia. Com o propósito de melhor compreender o significado da experiência autoritária recente, pesquisadores voltaram-se para uma experiência similar que ocorrera num passado, não muito distante – o Estado Novo –, que passou a ser objeto de grande interesse dos historiadores pela história das representações e dos imaginários sociais. A ousadia tinha uma justificativa: o estudo do Estado Novo exigia esse tipo de abordagem porque, além da compreensão das ideias autoritárias que davam sustentação ao regime, era preciso levar em conta a propaganda política que destacava o papel do líder em relação às massas, os espetáculos do poder e as imagens do trabalhador como figura central da política estadonovista. As análises dos filósofos Claude Lefort, Cornelius Castoriadis e historiadores como Bronislaw Baczko, René Girard e Peter Burke inspiraram pesquisas sobre representações políticas e imaginários sociais, campo novo na historiografia brasileira.

As revisões historiográficas também foram responsáveis pela ampliação do campo do historiador no que se refere à temporalidade. Até as décadas de 1960-1970, havia uma divisão tácita na área das humanidades, ou seja, as pesquisas sobre temas e acontecimentos que ocorriam a partir dos anos 1930 pertenciam ao *território* dos cientistas sociais (sociólogos e cientistas políticos, sobretudo).

O avanço das pesquisas historiográficas no que se refere ao estudo de períodos históricos mais recentes ocorreu, principalmente, a partir da iniciativa de um grupo de franceses que se dispôs a enfrentar o desafio de estudar a história da França durante a ocupação alemã, com ênfase nas pesquisas sobre a *République de Vichy*, ou seja, a década de 1940.

Os colegas franceses que se dedicaram à pesquisa desse tema, considerado da história recente, criaram o *Institut d'Histoire du Temp Présent* (IHTP), na década de 1980: a partir dessa iniciativa, deram início à constituição de um campo historiográfico singular. Os historiadores que abriram caminho para a aceitação dessa nova corrente historiográfica comentam que houve forte recusa com relação à chamada *história imediata* ou *história do tempo presente*, sob alegação de falta de recuo em relação ao passado e aproximação com o periodismo. No entanto, apesar das resistências, a prática de

pesquisa demonstrou a legitimidade dessa *nova* vertente histórica, construída a partir de bases científicas como as de outras áreas das humanidades. Atualmente, a *história do tempo presente* é reconhecida sem ressalvas e muitos historiadores realizam pesquisas sobre períodos antes considerados fora do campo da história.

No Brasil, muitos historiadores têm se dedicado ao estudo da *história do tempo presente*. Inúmeras pesquisas já foram realizadas sobre o período da ditadura militar e sobre a redemocratização do país.

Comemorações de datas históricas e revisões do passado

Nas comemorações de datas históricas, geralmente acontecem festejos de natureza cívica programados por representantes do poder. Quando referem-se a datas especiais como cinquentenários, centenários, a pompa festiva costuma ser mais intensa.

Nesses momentos de celebração, as revisões historiográficas ganham pouco destaque. Além disso, permanecem ocultas estratégias de poder, artifícios de controle social e interesses de natureza diversa. Portanto, cabe ao pesquisador compreender o sentido político das homenagens e o significado das reconstruções da história operadas a partir dessas efemérides.

Menciono alguns exemplos significativos que permitem mostrar a relação entre revisões da história e festas cívicas.

V Centenário da descoberta do Brasil: revisões historiográficas, festas cívicas e manifestações sociais

Nas comemorações do ano 2000, os festejos tiveram mais impacto do que as revisões historiográficas. No entanto, as lembranças desse passado tão longínquo, também deram ensejo a balanços historiográficos que provocaram reformulações de análises consagradas. Nesse contexto, a tese da intencionalidade, ou não, da *Descoberta* da nova terra ganhou tal ênfase que se passou a questionar a própria nomenclatura, *Descobrimto*. Com a aproximação da data, historiadores e antropólogos publicaram resultados de pesquisas sobre os

indígenas, os primeiros habitantes da *terra brasilis* e também textos referentes à situação atual dos índios no Brasil.

Já nos festejos, a comemoração foi bem distinta. Representantes do poder fizeram discursos que engrandeceram esse fato histórico e enaltecem figuras do passado com as quais procuram se identificar. Nessas ocasiões, as estratégias de poder, os artifícios de controle social e político, os interesses de natureza diversa permanecem ocultos. Cabe ao historiador desvendar o sentido político que envolve essas falas laudatórias, em diferentes momentos históricos e analisar o significado das revisões do passado que elas encerram.

As festas cívicas também dão ensejo à construção e reconstrução de novas formas de representação da história que incluem revisão de memórias coletivas, invenção e reinvenção de identidades nacionais utilizadas como instrumento eficaz para exacerbação de sentimentos patrióticos, sobretudo num contexto de conflitos sociais e luta política intensa (CANDINA, 2002).

Na Comemoração do *V Centenário da Descoberta do Brasil*, não se pode dizer que os conflitos sociais e a luta política permaneceram ocultos. Durante os festejos, ocorreram manifestações de militantes em defesa das causas indígenas que reivindicavam respeito aos direitos dessas minorias, sobretudo em relação às reservas indígenas.

No auge das comemorações, marcadas para o dia 22 de abril, em Porto Seguro, ocorreram fatos inéditos: a réplica de uma das caravelas cabralinas que deveria aportar no local, naufragou. Além do “fiasco” que comprometeu o espetáculo, houve confronto entre policiais, índios pataxós sem-terra e militantes que defendiam suas causas. O fato foi noticiado no jornal *Le Monde* com o título Brasil comemora 500 anos reprimindo índios.

Comemorações do Centenário da Independência e o Centenário da República no Brasil

Centenário da Independência

O literato Machado de Assis fez um comentário irônico, mas muito pertinente, a um amigo que procurava explicar o significado do acontecimento “Independência do Brasil”. Segundo a versão

do amigo sobre o episódio: “*Houve uma resolução do Príncipe Dom Pedro sobre independência e o mais; mas não foi positivamente um grito, nem elle se deu nas margens do celebre ribeiro. Lá se vão páginas dos historiadores*”. (SANDES, 2000, s. p.).

O literato comenta essa explicação nos seguintes termos:

[...] durante cinquenta e quatro anos ouvi repetir uma coisa que o amigo diz não ter existido. [...] Minha opinião é que a lenda é melhor do que a historia authentica. A lenda resume todo o fato da independência nacional, ao passo que a versão exata o reduz a uma cousa vaga e anonyma. Tenha paciência o meu ilustrado amigo; é mais summario, mais bonito e mais genérico (SANDES, 2000, p. 09-21, contracapa).

O comentário *machadiano* ilustra bem a importância das versões históricas fabricadas com o intuito de reforçar o patriotismo da população que participa dos festejos.

Tal sentimento foi muito mais exaltado em 1922, ano da comemoração do “Centenário Independência do Brasil”. No dia sete de Setembro, houve festejos oficiais e paradas militares. A propósito da presença da parada militar no rito comemorativo, cabe lembrar que o antropólogo Roberto DaMatta (1986) referiu-se a esse tipo de comemoração como “festas da ordem”.

O Centenário foi amplamente comemorado. Realizado em meio a uma crise econômica e conflitos políticos, os festejos não deixaram de acontecer. No entanto, a data suscitou novas versões sobre o passado, através das quais foram reelaboradas imagens da nação.

O historiador Noé Freire Sandes (2000) analisou o tema procurando mostrar como foi feita, naquele momento, a releitura do passado acompanhada de ressignificação de imagens e símbolos. Mostra que não só atores políticos, mas também literatos, dramaturgos, pintores, historiadores foram responsáveis pelo redesenho da nacionalidade e dos rumos de seu futuro. Analisou o significado do “Grito do Ipiranga”, gesto de emancipação consagrado através da figura do *Príncipe*, construída através dos pincéis de Pedro Américo no final do século XIX. Essa representação pictórica, agregada ao “[...] projeto de fabricação da memória nacional realizada em meados do século

XIX sob tutela do IHGB (*Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*), foi reelaborada em 1922”.

Centenário da República

As comemorações do *Centenário da Independência*, em 1922, foram intensas: além da festa abrilhantada por muitos convidados estrangeiros, houve congressos, debates, palestras sobre o tema. Nada comparável às comemorações do *Centenário da República*, em 1989. Enquanto, na França, as homenagens à *Marianne* francesa sempre foram grandiosas, repletas de alegorias, o mesmo não aconteceu no Brasil, nem mesmo nos cem anos da República brasileira.

No que se refere às revisões historiográficas, a *República* também não foi revisitada com entusiasmo. Refiro-me, sobretudo, à versão do historiador José Murilo de Carvalho exposta no livro *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* (1989). Como o próprio título indica, o acontecimento foi apresentado ao leitor pela negativa.

A referência aos “bestializados” foi retirada de uma frase do propagandista da República, Aristides Lobo, que manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime. Segundo o autor do comentário, o povo, ao invés de ter sido protagonista dos acontecimentos, assistiu a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar. José Murilo de Carvalho interpretou essa menção à ausência de participação popular, como um dado explicativo para o frágil exercício da cidadania no Brasil.

A partir dessa constatação, José Murilo propôs-se a analisar o problema de relacionamento entre o cidadão e o Estado, o cidadão e o sistema político, o cidadão e a própria atividade política. Ao concluir sua análise afirmou: “Nossa República [...] se consolidou sobre um mínimo de participação eleitoral, sobre a exclusão do envolvimento popular no governo. [...] O peso das tradições escravista e colonial obstruía o desenvolvimento das liberdades civis [...]”. A partir dessa constatação, concluiu: “Na República que não era, a cidade não tinha cidadão” (CARVALHO, 1989, p. 09-10, p. 161-162).

Da *Velha República* à República de 1951: releituras do passado

Dando um salto histórico de várias décadas, remeto o leitor à década de 1930. Os vencedores da *Revolução de 1930* festejaram o advento de uma nova era na história do Brasil a partir da derrota da *Velha República*. Essa denominação acabou sendo incorporada por historiadores e até hoje é utilizada, embora o termo já tenha sido objeto de desconstrução a partir das revisões historiográficas sobre o período.

Após o golpe de 1937, que instaurou o chamado *Estado Novo*, a memória da *Velha República* não só foi desqualificada, como foi revista e apresentada de forma negativa nos compêndios escolares. Nesse contexto, o *Império* passou a ser reverenciado e lembrado como o período no qual foram construídos os alicerces da *Grande Nação* brasileira.

Durante a ditadura do *Estado Novo*, a figura de Getúlio Vargas ganhou nova roupagem. Reelaborada a partir da máquina de propaganda política, a imagem do grande líder foi construída a partir do modelo de ditadores que atuaram em outros países, nessa mesma época.

Além de epítetos como “pai dos pobres” e “salvador da pátria”, foram atribuídos a Vargas poderes excepcionais e até mesmo sobrenaturais que lhe permitiram “[...] consolidar a ordem, a unidade material e espiritual”. Segundo um dos seus apologistas, Leopoldo Perez (1944), o Chefe do Estado Novo conseguira mudar o rumo da história, tarefa que só os homens “semideuses” eram capazes de realizar.

Os referidos epítetos atribuídos a Vargas nesse período deixaram marcas profundas na memória nacional. Restaurada a República, em 1945, o *grande líder* perdeu o poder, mas sua aura continuou intacta.

Ao retornar à cena política, em 1951, outro de seus admiradores – Luiz Vieira (1951) –, publicou um livro no qual estabelecia uma comparação entre o “[...] grande engenho do Mestre Divino [...] com o humano engenho de Getúlio Vargas, o homem e o estadista do nosso tempo, predestinado por Deus para, na terra de Santa Cruz, prosseguir nos mesmos cometimentos do divino Rabi.”

Nesse período, o Presidente eleito enfrentou adversários que não mediram esforços para atacá-lo. Na campanha orquestrada pela imprensa comandada pelo líder da *União Democrática Nacional* (UDN) – Carlos Lacerda – todas as armas foram usadas para denegrir

a imagem do Presidente, trazendo à tona, incessantemente, a memória do passado recente para relembrar sua atuação como ditador. O desfecho dessa luta política, uma das mais violentas da história do Brasil República, foi o suicídio de Getúlio Vargas. No entanto, a morte do líder, ao invés de ofuscar a sua memória, contribuiu para a sua perpetuação. Em sua famosa *Carta Testamento*, Vargas afirmou: “[...] saio da vida para entrar na história”. Assim disse e assim se fez: não se pode negar que na história política do Brasil, a memória de nenhum líder político permanece tão viva no imaginário popular.

Cinquentenário do golpe de 1964: revisões historiográficas

No caso da história política brasileira mais recente, revisões historiográficas importantes foram propostas por ocasião das *comemorações* do cinquentenário do *golpe de 1964*. As datas comemorativas de eventos históricos importantes sempre estimulam os historiadores a revisitar o passado: foi o que aconteceu, no Brasil, em 2014.

Em 2014, muitos eventos foram realizados para debater o tema. Além da organização de Congressos em várias partes do país, muitos textos foram publicados sobre os antecedentes do golpe e sobre o *31 de março de 1964*, que marcou um momento de ruptura muito importante na história política do Brasil. O cinquentenário inspirou ampla revisão histórica sobre esse passado a partir de uma perspectiva acadêmica.

Segundo o historiador Marcos Napolitano (2014), que se dedica ao estudo desse período, ou seja, da “história do tempo presente” no Brasil, muitas perguntas ainda estavam à espera de resposta dos historiadores dispostos a revisar o golpe de 1964 e o regime decorrente dele, que permitiriam uma compreensão mais apurada acerca do desfecho da crise política. Nesse sentido, propôs uma nova pauta historiográfica capaz de explicar os motivos que levaram ao golpe, a dinâmica política do novo regime e a memória produzida pelos protagonistas dessa história, procurando responder, a partir de outro patamar de análise, questões como: inevitabilidade do golpe ou “opção” política

dos atores? Crise de natureza político-econômica ou conspiração bem sucedida? Dinâmica interna ou intervenção imperialista?

O autor fez observações pertinentes com relação às polaridades explicativas, sobretudo as que se caracterizam pela tentativa de apontar *erros* cometidos pelos atores. Chama a atenção para o fato de que, do ponto de vista historiográfico, temas como “radicalismo dos atores”, “paralisia decisória” e “golpe reativo” assumidos como conceitos explicativos para explicar o golpe de 1964 esfumam pontos ainda obscuros que precisam ser melhor estudados. Conclui sua reflexão advertindo: não é mais possível manter o tom passional e míope na análise do regime, sob pena de julgá-lo ao invés de procurar compreendê-lo.

As revisões sobre o golpe de 1964 e sobre a natureza do regime exigem, como quaisquer outras revisões históricas, reflexões acerca de contradições e conflitos que permeiam a história em todas as épocas.

Usos políticos do passado

Nos últimos anos, vários historiadores têm se preocupado em refletir sobre esse fenômeno. François Hartog e Jacques Revel publicaram uma coletânea de textos intitulada *Les usages politiques du passé* (2001). Segundo os organizadores da obra, a ideia do livro partiu das seguintes constatações:

- Atenção que os pesquisadores têm dispensado às manipulações da história contemporânea e seu uso para fins propagandísticos, bem como às interpretações simplificadoras da mídia;
- Consciência dos historiadores de que o debate histórico não está mais confinado a um círculo de especialistas.

Os autores comentam que não só os fatos históricos mais recentes, mas também a história de um passado mais antigo, estão sujeitos a uma revisão instrumentalizada para fins de outra natureza que não o conhecimento do passado. Chamam atenção para o fato de que a escola e a mídia, frequentemente, contribuem para ampliar o efeito dessa situação, abdicando, em grande parte, da sua função pedagógica e cultural. Ambos sugerem a necessidade de analisar o

significado e a repercussão das obras caracterizadas pela deformação da história por motivos ideológicos e políticos.

A partir das considerações dos autores, apresento, a seguir, algumas reflexões sobre esse tipo de procedimento com relação ao uso do conceito “populismo” que se transformou num termo pejorativo para questionar políticas de governo e desqualificar os responsáveis por ela: Getúlio Vargas, considerado o líder político mais importante da história política do Brasil, é personagem central nesse processo de revisão do passado com finalidade política. Tanto a memória de Vargas, como seu legado político, permanecem vivos nos imaginários sociais devido aos “usos políticos desse passado” que continuam sendo feitos, tanto com sentido positivo como negativo.

Após a redemocratização do país, depois de vinte anos de ditadura, foram feitas muitas revisões com relação à chamada *Era Vargas*. No centro das disputas sobre o passado, o conceito de populismo ocupa lugar central.

Cabe lembrar que o conceito *populismo* surgiu a partir de teorias construídas por cientistas sociais nas décadas de 1950-1960. A “política populista” foi definida como decorrente de um processo de transição de uma sociedade tradicional para a moderna que produzira o deslocamento da população do campo para a cidade. Como a população oriunda da sociedade tradicional agrária carecia de uma experiência de luta organizada capaz de produzir consciência proletária, ela se tornou massa de manobra do líder populista que, no comando do Estado, pairava acima também da burguesia considerada incapaz de realizar as tarefas que lhe competiam numa sociedade de classes. No que se refere aos aspectos estritamente políticos, a teoria explicava o “fenômeno populista” como uma etapa de passagem da sociedade atrasada e oligárquica para uma sociedade desenvolvida e democrática, o que foi negado pela história.

Nos anos 1980, historiadores que se propuseram a fazer a revisão crítica dessa teoria questionaram a operacionalidade do conceito *populismo* salientando a imprecisão do vocábulo e a multiplicidade heterogênea de fenômenos que ele abarca.

No entanto, mesmo tendo sido posta em xeque a validade do conceito, a palavra *populismo* e seu congêneres *populista* continuaram sendo usados com sentido político. Chamo a atenção para a facilidade com que esse termo deslizou do campo acadêmico para o terreno

político. Revestido de conotação maniqueísta, insere-se no debate político como arma de luta para desqualificação dos adversários. Transformado em peça-chave de um imaginário político, demonstra eficácia pela sua capacidade de reprodução ao longo do tempo.

Em 1954, o termo *populismo* foi amplamente utilizado pelos adversários de Vargas, responsáveis pelo seu suicídio. O mesmo ocorreu em 1964, no golpe que derrubou do poder o seu *herdeiro político*, Jango Goulart.

Muitos anos depois, já nos idos da *Nova República*, ressurgiu o termo *populismo* como arma política usada para justificar um projeto de modernização, inspirado nas teses do neoliberalismo que prometia acabar com a *Era Vargas*, ou seja, com a *política populista*, como declarou, em várias ocasiões, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, defensor do projeto neoliberal.

O cinquentenário da morte de Vargas, em 2004, deu ensejo a polêmicas acirradas em torno do seu legado. O debate ultrapassou os muros da academia e se inseriu nas discussões políticas publicadas e incentivadas pelas mídias. O então Presidente Luis Inácio Lula da Silva foi inserido nesse debate e seus opositores passaram a se referir a ele como *populista*. Nesse caso, o termo tinha o sentido de demagogo, por atender demandas sociais. A memória de Vargas revisitada na atualidade constitui um bom exemplo de *uso político* do passado.

Nesta reconstrução do passado, o herdeiro político de Vargas deixou de ser Jango Goulart e passou a ser o Presidente Lula. Não só políticos da oposição, mas também internautas que manifestam suas opiniões através das redes continuam recuperando a imagem do *populista*.

Menciono alguns exemplos dessa recuperação. Um dos internautas escreveu: “Populismo é a forma de governar como o Lula faz. Utiliza de vários recursos para obter o apoio popular, como distribuir dinheiro com o Bolsa Família”. O caudilho populista cria uma imagem própria de homem de linguajar simples, bombardeia a população com propagandas que exaltam a sua imagem e do seu governo ou desgoverno, toma medidas autoritárias [...]. Outro internauta recriou o conceito: “Populismo significa fazer política com dinheiro do povo, aliciar os menos favorecidos porque é mais fácil angariar votos com pessoas desinformadas, pobres, do que com a classe mais esclarecida”.¹

Como pode-se notar, os *usos políticos do passado* resultam da apropriação de fatos, termos ou conceitos de outras épocas e os transformam em imagens atemporais que se prestam à desqualificação ou, no limite à destruição do adversário.

Cabe ao historiador analisar o significado e a repercussão das deformações da história por motivos ideológicos ou políticos. Mas, como advertem Hartog e Revel (2001), cabe também levar em conta que mesmo o discurso histórico é passível de uso político, sobretudo quando se trata de histórias do “tempo presente”. Nesse sentido, alertam para o fato de que as fronteiras entre o revisionismo acadêmico e o revisionismo que faz “uso político do passado” são muito fluidas. Portanto, este é o desafio que enfrentam os historiadores que se dispõem a rever aspectos da história do “tempo presente”, principalmente os que estão relacionados à história política de seu país da qual participaram como atores num passado recente.

Considerações finais

Procurei mostrar neste artigo que a revisão do passado não tem o mesmo sentido para o historiador e do que para os que dele se valem para justificar interesses, de natureza diversa, sobretudo político: nesses casos, trata-se de uso indevido da história, porque não se orienta por procedimentos historiográficos. O mesmo pode-se dizer em relação à memória histórica, objeto e fonte importantes para o historiador, já que ela também é instrumentalizada com finalidades alheias ao conhecimento histórico. Cabe, portanto, ao historiador de ofício essas variáveis do revisionismo histórico e analisar criticamente tais procedimentos.

HISTORY OF BRAZIL AND HISTORIOGRAPHICAL REVIEW

Abstract: This paper aims to analyze the meaning of historiographical revisions related to the history of Brazil. The revisions of the past, besides motivated by historical conjuncture changes or from theoretical and methodological reformulations that occur in the humanities in general and history in particular, they are also *made* from interests outside the field of historical knowledge. Emphasizing this second aspect, I try to show how revisions are built from the construction

and reconstruction of historical memories, on the occasion of the celebrations of historical dates and through *political uses of the past* motivated by partisan political interests.

Keywords: Brazil. Historiography. Historiographical revisions.

Nota

¹ Cf. < <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090311172536AAbkVI3> >. Acesso em: 06 abr. 2016.

Referências

CANDINA, Azum Palomer. El día interminable. Memoria del 11 de septiembre de 1973 en Chile (1974-1999). In. JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid/Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2002. p. 10-47.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1986.

HARTOG, François; REVEL, Jacques (Eds.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Enquête, Editions de L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

NAPOLITANO, Marcos. *Apontamentos para uma revisão crítica sobre o período da ditadura militar*, 2014 (mimeo.).

PEREZ, Leopoldo. *Getúlio Vargas. O homem e o Chefê*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1944.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da Nação. Entre a Monarquia e a República*. Goiânia: Editora UFG, 2000.

VIEIRA, Luiz. *Getúlio Vargas. Estadista e sociólogo*. Rio de Janeiro: Depto. de Imprensa Nacional, 1951.

Recebido em: 08/04/2016

Aprovado em: 20/05/2016

